

RUMORES SOBRE ESTUPROS E FURTOS EM FAVELAS DO RIO DE JANEIRO

Rumors about rapes and theft in Rio de Janeiro's favelas

Palloma Menezes

Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado
do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Brasil

Informações do artigo

Recebido em 30/10/2022

Aceito em 24/11/2023

doi> <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2023.n259.p280-304>

Copyright (c) 2023 Palloma Menezes



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Você é livre para:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato.

Adaptar — remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

Como ser citado (modelo ABNT)

MENEZES, Palloma. Rumores sobre estupros e furtos em favelas do Rio de Janeiro. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**. Salvador/Recife, v. 48, n. 259, p. 280-304, maio/ago., 2023. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2023.n259.p280-304>

Resumo

O presente artigo parte da ideia de quando acontecimentos transformações significativas nas formas de morar periféricas, indeterminações e incertezas já presentes na vida cotidiana de quem habita as “margens do Estado” intensificam-se ainda mais. Este processo de intensificação das indeterminações foi vivenciado por moradores de favelas do Rio de Janeiro quando eles se depararam com a implementação e os impactos das primeiras Unidades de Polícia Pacificadora há 15 anos. Neste artigo analiso novas inseguranças que surgiram em “tempos de paz” nessas favelas, focando especialmente na circulação de rumores de estupro e furtos no Morro Santa Marta e Cidade de Deus, onde realizei um longo trabalho etnográfico. Mostro como o aumento de crimes não letais em áreas com UPP, que inicialmente foi menosprezado pela polícia e pelo debate público, com o passar do tempo foi estatisticamente comprovado. Consequentemente, analiso como essa comprovação do aumento desses crimes não-letais passou a ser utilizado como subsídio para que moradores desses territórios elaborassem críticas a UPP nas favelas.

Palavras-chave: rumor. Pacificação. Violência. Favela. Rio De Janeiro.

Abstract

This article is based on the idea that when significant transformations occur in peripheral ways of living, indeterminacies and uncertainties already present in the daily lives of those who live on the “margins of the State” intensify even further. This process of intensifying indeterminacy was experienced by residents of favelas in Rio de Janeiro when they faced the implementation and impacts of the first Pacification Police Units 15 years ago. In this article I analyze new insecurities that emerged in “times of peace” in these favelas, focusing especially on the circulation of rumors of rape and theft in Morro Santa Marta and Cidade de Deus, where I carried out extensive ethnographic work. I show how the increase in non-lethal crimes in areas with UPP, which was initially overlooked by the police and public debate, was statistically proven over time. Consequently, I analyze how this proof of the increase in these non-lethal crimes came to be used as a subsidy for residents of these territories to criticize the UPP in the favelas.

Keywords: rumor. Pacification. Violence. Favela. Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

Enquanto estamos na Praça Corumbá conversando, Fabiano e Anderson comentam sobre o “tarado” que estaria rondando o morro. Eles contam que ouviram falar que o tal estuprador já teria tentado atacar quatro crianças. Pergunto como foi que isso ocorreu e eles dizem que não sabem ao certo como os ataques tinham ocorrido, mas tinham ouvido falar que três meninos teriam conseguido fugir e um teria sido violentado. Eles apontam que ninguém sabe ainda se essa história é mentira ou verdade. Mas agora muitas mães estão com medo de deixar os filhos brincando ou circulando pelo morro já que tem um tarado rondando o morro. (Notas de campo de 13 de novembro de 2010).

Em 2010, enquanto notícias de jornais falavam sobre “a paz no Morro Santa Marta, em Botafogo, na Zona Sul, que recebeu a primeira Unidade de Polícia Pacificadora do Rio de Janeiro em 22 de dezembro de 2008”, nos becos e vielas da favela o assunto era outro: muitas moradoras e moradores se mostravam preocupados com um tarado que estaria rondando o morro. Além disso, no mesmo período, diversos outros rumores sobre casos de estupro e também de furto circularam no Santa Marta e em outras favelas “pacificadas”. Em conversas informais com moradores pelo Santa Marta (localizado na Zona Sul) e da Cidade de Deus (localizado na Zona Oeste), onde fiz trabalho de campo por cinco anos, eu ouvia comentários que apontavam que após a chamada “pacificação”: “não se pode deixar nem uma cueca no varal que ela é roubada”, “deixar a janela e porta aberta agora nem pensar, senão vão mexer nas suas coisas e vão roubar”.

No presente trabalho parto da ideia de que a vida nas “margens” é marcada por constantes incertezas e indeterminações (Das e Poole, 2004). Quando ocorrem transformações significativas nas formas de morar periféricas essas indeterminações e incertezas já presentes na vida cotidiana intensificam-se ainda mais. E foi isso que observei durante o trabalho etnográfico que realizei quando as primeiras Unidades de Polícia Pacificadora começaram a ser implementadas no Rio de Janeiro há 15 anos.

Naquele momento, mudanças significativas ocorreram nos ambientes de algumas favelas cariocas no ambiente e foram seguidas de modificações na orientação intelectual dos indivíduos; com o desenvolvimento de perspectivas mais alinhadas com as condições de vida alteradas. Assim, novos padrões sociais emergem. Nesse contexto, diante de indeterminações, moradores narraram que faltavam informações oficiais que os ajudassem a entender o que estava ocorrendo. Por isso, tiveram que começar a empreender

coletivamente e informalmente “processos de investigação” (Dewey, 1968), que envolveram em larga medida a circulação de muitos rumores por esses territórios.

Vansina (1965, p. 20) define rumor como “uma forma de notícia que emerge em situações de tensão nas quais os canais de comunicação não estão operando adequadamente”. Assim que ocorrem, por exemplo, alagamentos, terremotos, incêndios, epidemias, erupções vulcânicas, tsunamis, tornados, bombardeios ou invasões feitas por soldados inimigos, as pessoas precisam de informação para decidir como devem agir. Todavia, com frequência, os canais de comunicação institucionais estão completamente destruídos ou parcialmente comprometidos pelo impacto de eventos como os acima citados, não podendo suprir, portanto, a demanda por notícia da população atingida. Nesses casos, a necessidade de informação é respondida, então, por rumores que começam a circular (Shibutani, 1968, p.57).

Shibutani (1966) refere-se a rumores como forma de comunicação informal que ele chama de “notícias improvisadas” que podem surgir tanto em situações marcadas por mudanças drásticas do ambiente, como por eventos não usuais que, repentinamente, quebrem a rotina de determinado grupo (Park, 1940). Rumores são, portanto, um substituto para notícias. Eles são notícias que não se desenvolvem através de canais institucionais e oficiais. Logo, a discrepância entre a demanda por notícias e a oferta feita pelos canais de comunicação formais, constitui a condição crucial para o surgimento desse tipo de narrativa, cuja característica principal, segundo Shibutani (1966) é seu baixo grau de formalização.

Usando o mesmo enquadramento dos autores citados acima, Cefai sugere que rumores se proliferam “quando as fontes de informação são deficientes e/ou quando os esquemas rotineiros não são mais pertinentes” (2007, p. 120). Tal definição se ajusta perfeitamente ao início da “pacificação” do Santa Marta e na Cidade de Deus, uma vez que naquele momento, o fluxo das rotinas cotidianas dos moradores foi interrompido pela “ocupação” e havia uma ampla demanda por informação. Mas como as notícias que circulavam pelos canais institucionais não eram capazes de suprir a demanda dos moradores, “notícias improvisadas” passaram a ter grande importância na construção de uma interpretação coletiva do novo contexto que estava sendo experimentado.

Neste artigo parto da ideia de que rumores são uma parte integrante dos processos de investigação que surgem em situações indeterminadas. Sigo a sugestão dada por Shibutani (1966, p. 17) de enquadrar os rumores como uma forma recorrente de

comunicação através da qual as pessoas, tomadas por uma situação ambígua, tentam construir uma interpretação que faça sentido utilizando seus recursos intelectuais. Considero os rumores, portanto, como um modo coletivo de investigação.

Além disso, sigo a proposta apresentada pelo sociólogo no livro *Improvised News: A Sociological Study of Rumors* de fazer uma abordagem situacional dos rumores. Isso significa que, ao invés de analisar os rumores como relatos isolados, investigo essas narrativas como fases de um processo maior de ajustamento e tentativa de elaboração de consensos sobre os significados e as consequências do processo de “pacificação” nas primeiras favelas onde foram inauguradas as Unidades de Polícia Pacificadora.

Em trabalhos anteriores já mapeie os rumores que circularam no início do processo de “pacificação” de favelas cariocas (Menezes, 2014), assim como a importância teórica de debater rumores em diferentes contextos (Menezes, 2020). Neste trabalho específico analiso novas inseguranças que surgem em “tempos de paz”. Abordo a circulação de rumores de estupro e furtos que teriam ocorridos no Santa Marta e na Cidade de Deus. Mostro como o aumento de crimes não letais em áreas com UPP, que inicialmente era menosprezado pela polícia, com o passar do tempo foi estatisticamente comprovado, e como essa comprovação passou a ser utilizada como subsídio para a elaboração de uma crítica à prática policial implementada pela UPP nas favelas.

“TEM UM TARADO RONDANDO O MORRO”

Um dos benefícios da implantação da UPP no Morro Santa Marta e na Cidade de Deus, em seus primeiros anos, na visão de muitos moradores, foi a redução das mortes violentas e dos tiroteios. Ninguém nega que a diminuição da visibilidade das armas e dos conflitos armados tiveram um impacto positivo na rotina dos moradores dessas favelas – visto que, anteriormente, a possibilidade constante de conflitos armados gerava uma enorme ansiedade na vida cotidiana dessa parcela da população da cidade.

No entanto, entre 2010 e 2011, comecei a ouvir no Santa Marta e, posteriormente, na Cidade de Deus, inúmeros rumores de que, desde a chegada da UPP, estariam se multiplicando nessas favelas casos de furtos, roubos, brigas e até estupros. Essas narrativas indicavam que a chegada da chamada “pacificação” – apesar de ter gerado uma queda significativa na ocorrência de tiroteios e homicídios – não significou, de modo algum, o fim

da violência, mas sim uma mudança nos padrões de crime e conflito nas favelas “pacificadas”.

No final de 2010, eu morava no Santa Marta e em todos os cantos da favela não se falava de outro assunto: o comentário geral era que tinha um tarado rondando o morro. Este caso me chamou a atenção porque mobilizou muito preocupação por parte dos moradores da favela e gerou uma série de especulações.

Ouvi relatos semelhantes diversas vezes nos dias posteriores. Em minhas conversas cotidianas com moradores do Santa Marta, a história quase sempre era narrada seguindo uma mesma estrutura. As pessoas que comentavam sobre o caso, em geral, iniciavam suas narrativas dizendo que tinham ouvido falar que algumas crianças do morro teriam sido atacadas e, logo, começavam a especular quem poderia ser o tal tarado.

Em conversas informais que ouvi no pé da escada, nos becos, na casa de moradores e em espaços públicos da favela “pacificada”, diversos habitantes do Santa Marta apontavam que, para eles, não fazia sentido pensar que o tarado fosse alguém do morro, porque julgavam que “ninguém ia vacilar tanto assim no local onde mora”. Apenas as crianças levantavam a hipótese de que o tarado poderia ser um morador. Os adultos, em geral, especulavam que o tarado poderia ser “um desses turistas que vem para favela com uma câmera pendurada no pescoço e ficam tirando foto das crianças sem pedir autorização para os pais”.

Desde que comecei meu trabalho de campo na favela, ouço moradores comentarem que muitas “pessoas de fora” passaram a circular pelo morro desde o início do processo de “pacificação”. Segundo meus interlocutores, além da chegada da UPP, a inauguração de um plano inclinado na favela que ocorreu em 2008 também colaborou para o aumento da percepção de que a favela estava sendo “invadida” por “pessoas de fora”.

Como Santa Marta é uma favela relativamente pequena, que tem apenas duas vias de acesso (uma pela Rua Marechal Francisco de Moura em Botafogo e outra pela Rua Oswaldo Seabra em Laranjeiras), antes da inauguração do plano inclinado só era possível circular a pé pelo morro. Então, os moradores narram que sempre puderam observar e, de certo modo, controlar quem entrava e saía da favela. Com a inauguração do plano inclinado (popularmente conhecido como “bondinho”), contudo, houve uma mudança nos fluxos de circulação pelo território, o que gerou nos moradores uma sensação de que eles não eram mais capazes de monitorar da mesma forma quem estava rondando a vizinhança. Nesse

contexto em que o ambiente da favela estava sofrendo uma série de modificações, o surgimento de relatos sobre possíveis ataques de um “tarado”, potencializaram ainda mais a sensação de que os moradores estavam deixando de ter o “controle” de quem circulava pela área.

Além daqueles que cogitavam que o tarado poderia ser um turista – ou alguém que “se passa” por turista só para subir o morro e “fazer maldade com as crianças” –, havia outros moradores que discordavam dessa hipótese sugerindo que o criminoso provavelmente não era alguém “da rua”, porque “ninguém que não conhece a favela teria coragem de subir o morro para fazer isso”. Nesse sentido, embora nunca tenha ouvido qualquer especulação de que o estuprador poderia ser um bandido do morro, escutei vários moradores comentando que o estuprador, na visão deles, os abusos sexuais ocorridos na favela poderiam estar sendo cometidos por um dos policiais que atuam na UPP do Santa Marta.

Quem levantava essa hipótese¹ geralmente criticava a postura dos agentes da UPP, como fizeram Fabiano e Anderson ao reclamarem que os PMs não tinham aumentado “as rondas” nem estavam “dando a mínima bola para essa história do tarado”. Na visão deles, os agentes da UPP só queriam “saber de ficar atrás de droga no morro”.

Além das especulações sobre a identidade do “tarado”, começaram a surgir, em novembro de 2010, algumas sugestões de possíveis soluções para evitar que o crime se repetisse. Chamou-me particular atenção o fato de nenhuma das propostas apresentadas para evitar novos ataques envolvia a UPP. As opções levantadas eram: a) fazer justiça com

¹ Embora no caso do Santa Marta não tenha sido provado que policiais estupraram, de fato, jovens da favela. Posteriormente, a mesma especulação apareceu quando novos casos de estupros ocorreram em outras favelas “pacificadas”. No início de agosto de 2014, policiais da UPP do Jacarezinho foram presos suspeitos de abuso sexual. No fim do mesmo mês “o Comando da Polícia Militar do Rio de Janeiro informou neste domingo (31) que expulsou quatro policiais militares da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) do Méier. Eles são acusados de terem estuprado duas mulheres e uma adolescente na comunidade do Jacarezinho, zona norte do Rio. Os quatro ainda respondem ao processo perante a Justiça. [...] De acordo com a denúncia do Ministério Público sobre o caso, por volta da meia-noite do dia 5 de agosto, os denunciados chegaram a um beco localizado sob um viaduto em Benfica e foram hostilizados por supostos usuários de drogas, que arremessaram pedras contra os PMs. Em resposta, os agentes decidiram entrar nas casas próximas ao local e obrigar moradores a sair de suas residências. Durante essa ação, os policiais encontraram as vítimas, que foram levadas para um barraco. Ainda segundo o MP-RJ, os policiais agrediram as jovens com tapas e socos, ameaças de morte e as estupraram”. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2014/08/31/pm-do-rio-expulsa-4-soldados-de-upp-acusados-de-estupro.htm>. Acesso em: 14 de outubro de 2014.

as próprias mãos; b) criar um sistema de vigilância com apitos organizado pelos próprios moradores; c) ir à Defensoria Pública fazer uma denúncia.

Ouvi um debate sobre essas diferentes possibilidades em um fim do dia no Santa Marta. Naquela tarde eu estava conversando com Foca, um morador da favela com quem eu tinha uma relação próxima, quando Ana – uma moradora que eu não conhecia até então – chegou dizendo que estava muito preocupada com os relatos de tentativa de ataques do tarado. Ela contou que soube que a mãe do menino violentado teria dado queixa do crime na delegacia. Mas, na opinião de Ana, dar queixa não era suficiente. Ela achava que era preciso fazer algo mais, como procurar a Defensoria Pública. Como tinha um contato de um defensor, Ana disse que iria falar com a mãe do menino para ver se ela aceitava acionar a Defensoria. No entanto, ela achava que, além disso, as lideranças da favela deveriam tomar alguma atitude em conjunto.

Foca disse que apoiava a ideia de todos juntos fazerem alguma coisa para tentar conter os ataques, mas ressaltou que não queria incentivar que algo fora da lei fosse feito. Ele falou que tinha ouvido muita gente dizendo que todos deveriam “juntar em cima do cara”, pegar o suposto estuprador e dar uma surra. Ana comentou que já tinha ouvido também muitas pessoas dizendo pelo morro que não queriam que o tarado “caísse na mão da polícia”, pois preferiam fazer justiça com as próprias mãos. Eu mesma já tinha ouvido anteriormente alguns moradores falando que, mais do que fazer justiça, o que queriam era vingança com requintes de crueldade. Muitos descreviam o que era feito na época do tráfico quando algum caso de estupro acontecia e diziam que punições como as que eram impostas pelos traficantes – como bater, capar o estuprador e obrigá-lo a fazer as mesmas coisas que ele faz com as crianças – deveriam continuar sendo utilizadas nesse tipo de caso.

Foca reafirmou que não acreditava que “fazer justiça com as próprias mãos” seria a melhor solução para o caso e reafirmou que, se Ana estivesse propondo esse tipo de atitude, ele não iria apoiá-la. E aproveitou para questionar: “[...] Cadê as câmeras que a UPP instalou aqui para monitorar a favela? Cadê as câmeras que não estão gravando os ataques do tarado?”, acrescentando em seguida que tinha ouvido que um dos ataques aconteceu perto de um lugar em que havia uma câmera instalada. Ana concordou, apontando que os policiais da UPP, na verdade, não usavam a câmera para vigiar esse tipo de coisa. Por isso, na opinião dela, seria melhor que os próprios moradores criassem outro tipo de vigilância. Ela propôs,

então, que os moradores comprassem uns apitos e saíssem apitando quando identificassem algum movimento suspeito para, assim, chamar a atenção e colocar todos em alerta.

Ana explicou que julgava esse tipo de ação necessária porque o clima na favela era de pânico generalizado. Ela, assim como outros moradores, apontava que vinha se sentindo com medo de circular sozinha pela favela. Ela lembrou que um dia tinha sido “escortada” por amigos para descer do “Pico” porque não sentia segura para ir sozinha para casa.

Ouvi relatos semelhantes de outros moradores na mesma época. Em uma noite estava em um bar que eu sempre frequentava, Mariana – jovem moradora do Santa Marta – disse que queria voltar para casa, mas que achava melhor esperar até o fim da festa que estava acontecendo no local para ir embora com o marido. Ela preferiu não circular sozinha pela favela naquele horário pois não queria “correr o risco de encontrar o tarado”.

Confesso que, nesse período, eu também fiquei com medo de circular durante as noites por algumas ruas escuras do morro. Nessa mesma época, devido a uma viagem que já tinha sido agendada anteriormente, tive que me ausentar da favela por alguns dias. Quando voltei de viagem e retornei para o meu quarto alugado no morro, estranhei, contudo, o fato de ninguém falar mais nada sobre o caso do tarado.

“SERÁ QUE TINHA TARADO REALMENTE?”

Como o assunto do “tarado” tinha mobilizado tanto as pessoas, era impossível não questionar por que ele não estaria mais sendo comentado. Comecei, então, a perguntar a alguns moradores o que tinha acontecido com o tal tarado e ouvi que ele tinha sumido e que não tinham acontecido novos ataques. Quando eu questionava por que as pessoas achavam que os ataques tinham tido fim, foram-me apresentadas diferentes versões para explicar o tal “o sumiço do tarado”.

Vale lembrar aqui que vários autores apontam que os rumores ganham energia através de uma série de diálogos. Segundo Trajano Filho, “o enredo narrado é literalmente representado durante as interações e, em cada diálogo dramatizado, novos sentidos são negociados, diferentes conteúdos são agregados à trama, interpretações prévias são descartadas e novos fatos acrescentados” (2000, p. 9). Ou como lembra Das (2008) os rumores muitas vezes apresentam interpretações e contrainterpretações de um mesmo fato conflituoso. Essas formas de interpretar e reinterpretar um evento são baseadas em (e, ao

mesmo tempo, explicitam) diferentes “pontos de vistas” ou “visões de mundo” que vão sendo debatidas coletivamente, como aconteceu no caso do tarado do Santa Marta.

Em uma das versões que ouvi sobre o fim dos ataques do “tarado”, traficantes eram considerados os “heróis” da história. Paula, uma moradora do Santa Marta, disse-me durante uma entrevista que o estuprador teria sumido logo após o início do processo de “pacificação” do Complexo do Alemão no final de novembro de 2010. Isso porque, assim que a invasão policial do Alemão teve início, começaram a surgir rumores de que traficantes que atuavam no Complexo teriam fugido e se escondido em outras favelas “pacificadas”. A partir daí, Paula disse que algumas pessoas tinham achado que o tarado teria ficado com medo dos traficantes que estariam se escondendo no Santa Marta e, por isso, teria parado de atacar as crianças do morro:

Lembra a história do estuprador que teve aí. Você lembra, não é? Cadê? Apareceu? Depois que deu esse negócio lá no Complexo do Alemão, aí falaram que tinha gente escondida aí no morro e nunca mais se ouviu falar do estuprador. O pessoal diz que ele ficou com medo. Mas será que tinha tarado realmente? (Trecho de entrevista com moradora do Santa Marta)

Uma outra versão do desaparecimento colocava os traficantes como os grandes “vilões” que teriam criado toda a história de violência sexual na favela “pacificada”. De acordo com essa versão, nenhum caso de estupro teria, de fato, ocorrido. Tudo não teria passado de um “boato”², de uma invenção de traficantes, que visavam espalhar o pânico entre a população e gerar saudade do período pré-UPP.

Isso daí foi factóide! Foi mentira que inventaram! Isso daí é manobra! É para criar massa de manobra dentro da comunidade. O que aconteceu foram pessoas querendo montar um outro tipo de movimentação na comunidade para a comunidade ficar com os pensamentos dúbios dentro da cabeça. Mas cadê? Me mostra uma pessoa que foi agarrada, que foi estuprada. Cadê? Não tem! Todas as pessoas que falam, nós fomos nos pais, nas mães e foi tudo mentira. Eu tenho certeza que foi para sentirem saudades do que era antes. (Trecho de entrevista com um morador do Morro Santa Marta)

² Boato é um termo menos explorado pela literatura do que rumores e fofocas, por exemplo. Ele, geralmente, oscila entre as definições dos dois gêneros anteriores (FINE, 1985). No caso do meu trabalho de campo, esse termo aparece com uma denotação negativa. Ele é acionado quando alguém quer questionar a veracidade de uma informação. Por isso, quando um relato é rotulado como boato ele perde parte de sua credibilidade. Todavia, é interessante ressaltar, que isso não quer dizer que ele pare totalmente de circular, visto que sua veracidade é questionada, mas não é totalmente descartada.

Tal versão, indiretamente, apresentava uma crítica aos traficantes ou ex-traficantes que ainda permaneceram na favela mesmo depois da implantação da UPP. Na visão de quem defendeu essa hipótese, os bandidos já não tinham mais o mesmo *status*, a mesma força de antes e, por isso, precisavam criar rumores que relembrem aspectos positivos do passado para questionar a ideia bastante difundida pelo Governo e pela mídia de que tudo melhorou a partir da implantação da UPP na favela.

Durante uma conversa informal com uma moradora – sem a presença de mais ninguém por perto – ela afirmou que os traficantes deviam estar comemorando a circulação desses rumores pela favela, porque isso faz com que as pessoas sintam saudades da época que eles dominavam o morro. Segunda a jovem, antes da chegada da UPP “não tinha nada disso no morro, não havia casos de estupro, não havia roubo e, se algum crime como esses ocorresse na favela, era sempre muito rapidamente solucionado”.

Não estuprar – assim como não roubar dentro do território da favela – é uma das mais conhecidas “leis do tráfico”. Os tarados, em especial, sempre ocuparam um lugar privilegiado e tiveram uma forte simbologia no contexto de domínio territorial armado dos traficantes nos morros. Todos sabiam que estuprar na favela era considerado um crime sem perdão. Logo, quando esse tipo de crime ocorria, os moradores já esperavam que traficantes, quase invariavelmente, matariam o estuprador.

Letras de música (especialmente de rap e funk) abordam o tema da regulação das condutas sociais realizadas por traficantes. O rap “Como sobreviver na favela” de MV Bill, por exemplo, narra como a “lei do tráfico” impunha punições rígidas a quem roubava ou estuprava na favela no contexto pré-UPP.

Tarado quando não morre perde o pau e perde a mão [...]
A segunda ordem: roubo na favela
Se os caras te pegar isso vai dar a maior merda
Já roubou uma vez rouba duas rouba três
Vai cair pra trás porque tá na bola da vez
Antes de cair vai falar com o sangue bom
Que vigia a favela e não quer vacilação [...]
A lei da favela é a lei do cão
Escreveu, não leu, vacilou, decorou o chão [...]³

³ Letra disponível no site: <http://www.vagalume.com.br/mv-bill/como-sobreviver-na-favela.html#ixzz2lo3qZe88>. Acesso em: 26 de novembro de 2013.

Embora a letra da música apresente a ideia de que a punição para estupro e roubo na favela é algo praticamente inescapável, alguns depoimentos de moradores que ouvi ao longo de minha pesquisa relativizaram um pouco essa certeza. Durante uma entrevista feita em 2013, Davi, ao falar sobre o passado da favela, afirmou que:

o ritmo da favela na década de 80 era outro. As casas não tinham essa iluminação toda. Tinha lendas como a mulher do latão. Você ia lá pegar água e ela nunca saía da mina. Tinha uma lenda do cara que andava pela madrugada pegando filha dos outros. Isso tudo era causado pela escuridão, né? [...] Essa coisa de estupro acontecia muito, mas como quem praticava isso era de uma família poderosa, não tinha como ninguém reclamar. Eles que comandavam. Não adiantava falar com o irmão, que ele falava que ia falar, mas não adiantava. De dia era uma maravilha, mas de noite era um terror total. (Trecho de entrevista com um morador do Morro Santa Marta).

Um relato semelhante apareceu em uma entrevista que fiz anteriormente (em 2010, pouco antes do surgimento do rumor do “tarado” do Santa Marta). Nessa ocasião, Ferrugem – um morador de cerca de 40 anos, que já foi envolvido com o tráfico de drogas e converteu-se em uma igreja evangélica – também disse que na década de 80 ocorriam com frequência estupros na favela. Segundo ele: “Ninguém fala, mas teve uma época que era muito estupro. Muitas pessoas, muitas mulheres foram estupradas, foram abusadas sexualmente por uma turma que tinha aqui, que se chamava turma dos Linos”⁴.

Em novembro de 2010 quando o rumor do “tarado” começou a circular pelo Santa Marta, narrativas como as citadas anteriormente – que apontam que nem sempre estupros foram punidos por bandidos da favela no passado, até porque, muitas vezes, esses atos eram praticados por integrantes dos bandos armados – parecem ter ficado esquecidas. Nesse momento, os rumores parecem ter ajudado a reativar uma outra região da memória dos moradores ou a transformar a memória coletiva, que como afirma Pollak está sujeita a flutuações constantes.

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. (1992, p. 202)

⁴ No livro *O Abusado*, Caco Barcellos (2003) também faz referência à violência praticada contra mulheres cometidas pela família Lino no Santa Marta e narra o medo que os moradores tinham das mulheres serem violentadas dentro do morro.

Das (2008) aponta que a linguagem não só transmite narrativas, mas também as produz. A autora aponta que o rumor ocupa uma região da linguagem que tem o potencial de nos fazer experimentar acontecimentos e mais do que assinalá-los como algo externo, os produzem durante o ato mesmo de enunciação. A antropóloga não sugere que a linguagem tenha o poder de simular que determinados acontecimentos ocorreram a partir do nada, mas sim que memórias que poderiam não ser despertadas (como certas memórias da época que os traficantes dominavam o morro) acabam ganhando vida na forma de rumores.

Ao refletir sobre rumores, Das utiliza os conceitos de tradução e rotação elaborados por Bergson para expor o que ela chama de “caráter infeccioso da linguagem”. Ambos os processos – tradução e rotação – permitem trazer o passado ao presente, mas enquanto na tradução o passado se “contraí” com o propósito de fazê-lo inteligível no presente, no processo de rotação o passado “orienta” seus aspectos mais úteis para a situação presente e “termina por definir as qualidades afetivas do momento presente” (2008, p. 95). *Tradução e rotação* funcionam para atualizar certas regiões do passado e criam um sentido de continuidade entre acontecimentos que de outra forma não estariam conectados entre si. Das (2008) sugere que a análise de rumores não deve ser feita a partir de uma relação de causa e efeito, mas sim de cadeias de conexões que atualizam certas regiões do passado. Isso porque a linguagem e os acontecimentos se constituem mutuamente ao recorrer ao passado e apresentá-lo de uma forma contraída através dos rumores.

Ainda segundo a autora, a análise de rumores envolve, primeiramente, uma reflexão sobre o *processo de rotação* que gira em torno de certos aspectos do passado e através desse processo se fazem vivos no presente. Enquanto algumas regiões da memória permanecem adormecidas – como os casos nos quais os próprios bandidos das favelas abusaram de meninas do Santa Marta no passado –, o *processo de rotação* recupera outras regiões da memória – reavivando, por exemplo, no momento da circulação do rumor do tarado, a “eficiência” do tráfico no passado para “resolver” casos como esse. Já o *processo de tradução* das memórias em ações, segundo Das, depende de um conjunto de fatores locais sem os quais seria difícil compreender a especificidade da violência em torno da qual se constroem os rumores. No caso do Santa Marta, o *processo de tradução* inclui o contexto pós-UPP que “permite” que crimes violentos como estupro aconteçam sem que o culpado seja punido.

Assim como certo saudosismo em relação ao passado faz parte do processo de rotação, a crítica à situação presente faz parte do processo de tradução. O reavivamento das

lembranças das punições impostas por traficantes a estupradores e ladrões que atuassem dentro da favela orienta, portanto, o julgamento que os moradores fazem da situação presente e termina por definir o que é considerado como uma possível resolução eficiente desse tipo de crime no momento presente.

Uma reflexão paralela sobre os *processos de rotação e tradução* permite notar, então, que o rumor do tarado – ao reavivar certas regiões da memória dos moradores e gerar saudosismo – abriu espaço para que fosse elaborada uma crítica à situação vivida por eles no contexto pós-UPP. Ou seja, os rumores funcionaram como uma espécie de “trampolim” (ou seja, funcionaram como subsídio) para a elaboração de uma crítica à prática policial implementada pela UPP como mostra a fala de uma moradora do Santa Marta:

Eu fiquei sabendo que chegaram a cometer atos com crianças aqui no morro, mas não posso te dar certeza, porque eu não vi. Dizem que ele [o tarado] tinha ido embora, mas, agora, estão falando que ele voltou de novo, que ele está rondando o morro. Falam que é pessoa conhecida, porque ele anda mascarado e tudo mais. Outros falam que não, que é pessoa de fora. Outros dizem que são pessoas que convivem no nosso dia a dia, que trabalham dentro da comunidade, em negócio de obra e que ele trabalha no meio deles. Então, a gente não sabe se é verdade, se é mentira. Mas a gente se importa *bastante* com isso tudo que dizem mesmo não sabendo se é verdade ou mentira, porque a gente fica com aquele receio de andar, certa hora da madrugada, por certos becos que são escuros, por não ter muito movimento de pessoas ali. Também as mães prendem mais seus filhos dentro de casa, até certo horário. Nove horas da noite já está tarde e [as crianças] têm que ir para dentro de casa. Mas os policiais, continuamente, não se preocupam tanto com isso. O foco deles é outro, é vigiar as pessoas que já foram do tráfico. Então, eles ficam muito em cima daquilo, focado em um só assunto, que são as drogas na comunidade. Então, a visão deles para o restante que “se exploda”, eles ficam mais focados dentro do assunto “drogas”. Eles ficam procurando quem está vendendo, querem saber quem é que compra, quem é usuário, quem não é. Não estão nem aí para a segurança do morador da favela. Eles não esquentam com isso! (Trecho de entrevista com uma moradora do Santa Marta).

“ESTÃO ROUBANDO ATÉ CUECA DO VARAL”

Em 2011 um caso de furto ganhou especial repercussão no Santa Marta por ter ocorrido um bar localizado bem perto de um dos prédios da UPP. Diferentemente das narrativas mais comuns que tratavam de furtos de objetos pessoais, como roupas, acessórios, eletrodomésticos, celulares ou computadores furtados de casas nas quais janelas ou portas estavam destrancadas – o episódio ocorrido no bar do Seu Zé envolveu o furto de um montante considerável em dinheiro que estava guardado dentro de uma gaveta trancada. Narrativas sobre esse furto circularam não só no boca a boca, mas também em

redes sociais. Logo após o ocorrido, uma liderança do Santa Marta, divulgou a seguinte mensagem no Facebook:

Morador da Favela Santa Marta tem seu bar arrombado, algo planejado, pois levaram somente seus 3.600 do cofre onde a chave estava guardada em segredo. O bar fica em frente a um posto da UPP distância de 6 metros e ninguém viu nada, não falaram nada nem se moveram pra nada. Morador teve que ir prestar queixa na delegacia nesse momento. (Texto postado no Facebook)

Logo em seguida, uma mulher comentou o *post* dizendo: “Que isso, meu Deus. Se falaram que estávamos seguros, aí está a resposta”. E outra pessoa comentou: “Mas eu não sei para que existe uma UPP. Também precisei uma vez e tive que ir à 10ª porque eles falaram que não podem registrar queixas! Então, me diz O QUE ELES FAZEM?!”. A primeira pessoa que tinha comentado completou: “Eu também queria entender o trabalho deles. Até hoje não sei!”. Depois ela ainda acrescentou: “6 metros (da UPP) e ninguém viu nada, não falaram nada nem se moveram para nada. Morador teve que ir prestar queixa na delegacia.”

Posteriormente, o mesmo caso ganhou destaque no blog Visão da Favela Brasil. Na “mídia alternativa”, o rapper Fiell fez um relato detalhado sobre o furto e apresentou uma análise sobre as consequências que casos como este geram entre os moradores do morro.

Nesta última terça-feira, 04/10/2011, na primeira favela a receber uma UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) com a totalidade de 120 PMs, aconteceu um roubo a dois (2) metros da UPP. Mais conhecido no morro Santa Marta por: Seu Zé, um birosqueiro antigo na favela, teve seu estabelecimento assaltado. Arrombaram a birosca e roubaram seus: 3.600,00 reais. [...] Esse roubo na birosca do seu Zé, deixou a população do morro Santa Marta, em alerta. Ontem (terça-feira 04/10) ouvi várias pessoas falando em comprar uma porta de ferro, gradear os basculantes e redobrar a atenção em suas casas. Não, comparando, mais não posso deixar de relatar. Antes da entrada da UPP, tinha o tráfico armado, que dominava essa favela o (CV) Comando Vermelho. Toda população e visitantes sabiam as leis impostas pelo poder bélico do tráfico. **A)** Não deixar ter roubo dentro da favela e ao entorno; **B)** Não ter briga na favela. **C)** Qualquer morador pode dormir com suas portas abertas. E por aí vai [...]. Nenhum dos 120 policiais da UPP, perceberam nenhuma anormalidade em menos de 3 metros de distância. Agora, se qualquer morador, estiver comemorando seu aniversário, ou coisa do tipo, eles (UPP) vão ao local e mandam desligar o som, e se não acatar a ordem, levam preso por desacato a autoridade. **E nem vou citar as 12 câmeras de vigilância que estalaram aqui no Santa Marta. Onde investiram mais de: 500 mil reais... (Para quê? E para quem?).** Esse caso lamentável do roubo na birosca do seu Zé, levanta outra vez, o debate dentro do Santa Marta, onde todos os moradores precisam se comunicar e analisar o que está acontecendo dentro da favela. Vai ser triste ver portão de ferro, e grades

na favela, coisa que já estamos vendo por falta de confiança, em que anda no morro, no vizinho, e nos outros 5.500 moradores. São lamentáveis esses fatos.⁵

No texto postado em seu blog, Fiell evidencia como a ocorrência de crimes como o furto à birosca do seu Zé tem, pelo menos, duas consequências. A primeira é o surgimento de novas inseguranças e desconfianças entre os moradores que agora já não se sentem mais à vontade para deixarem as janelas e portas abertas – como acontecia no passado –, e começam a desconfiar dos vizinhos e a ter atenção redobrada com o intuito de tentar evitar que se tornem vítimas de crimes.

A segunda consequência é o início da elaboração de uma crítica por parte dos moradores em relação à ineficiência do policiamento implementado pela UPP. Explico melhor: ao relatar casos de furtos e estupros que estariam acontecendo no morro, muitos moradores reclamavam que os policiais não estariam fazendo nada para evitar nem mesmo investigar a ocorrência desses tipos de crime. Este desinteresse dos policiais em tratar de crimes não letais – como estupro e furto – que geram forte insegurança dentro da favela, fazia com que muitos moradores tivessem a sensação de que a UPP não estaria no morro para prover segurança para quem mora no morro, mas apenas para vigiar e controlar a população favelada.

Gostaria de ressaltar, no entanto, que embora a crítica exposta por Fiell no texto postado em seu blog tenha encontrado “ressonância” junto a uma parcela de moradores das áreas “pacificadas”, ela também encontrou resistência de outra parcela da população naquele momento. Uma análise mais detida da postagem no blog mostra que a crítica aberta feita à polícia pelo artista gerou reações controversas entre os leitores. Alguns postaram comentários questionando as informações passadas por Fiell e acusando o rapper de ter envolvimento com o tráfico.

Mais uma vez fica confirmada a sua participação no tráfico e seu apoio ao CV – Comando Vermelho. Acho que já está na hora de cair na realidade, a população do Santa Marta não aguenta mais suas intrigas, seus comentários. Fica muito claro que seu objetivo é único e exclusivo em manchar a imagem da Polícia, tentando colocar os moradores em uma espécie de insegurança que não existe. Se o tráfico ainda dominasse a região, nossas crianças ainda estariam reféns destes marginais da lei, aliciando-as e pondo em risco seu futuro. Acorda pra vida, volta pra sua terra natal,

⁵ Fonte: <http://www.visaodafavelabrasil.com.br/roubo-no-morro-santa-marta-a-dois-metro-da-upp/>. Acesso em: 25 de novembro de 2013.

quem sabe lá você não seja querido, pelo menos por seus familiares. (Comentário de A.C., postado em 14 de outubro de 2011)

Você Mc Fiell se diz um defensor dos direitos humanos, entendido do assunto policial e etc., mas você é um dos grandes causadores de tumulto dentro da comunidade Santa Marta, se você entende de lei deveria saber que existe uma lei do silêncio pela leis brasileiras, não é a UPP que cria isso, você deveria saber que vender droga como você faz e todos sabem é crime, você deveria saber que o gato de luz que tem no bar do seu sogro e na sua casa é crime, mas isso você ignora né? Mas é claro desde que a UPP foi pro morro a vida de pessoas simples como o seu Manuel e a senhora Joaquina ficaram boas, eles vivem sem ameaças de pessoas como você [...]. Sem o controle do tráfico de drogas imposto por você e seus amigos, né Senhor Mc Fiell? Você que já responde a vários inquéritos policiais, uma hora vai ser preso de vez e assim a comunidade do Santa Marta será mais feliz por elementos nocivos como você só fazem mal à nossa comunidade. [...] (Comentário de J. postado em 26 de outubro de 2011)

Os comentários postados no blog do Visão da Favela Brasil dão pistas para ajudar a entender como era complicado apresentar críticas à UPP nesse momento em que a “pacificação” estava “estabilizada” no Santa Marta e havia um forte consenso em torno do sucesso do projeto. Quando algum morador apresentava alguma “crítica aberta” à UPP, ele parecia ser, quase que imediatamente, capturado pelo dilema que o forçava a escolher entre UPP ou o tráfico. A apresentação de críticas levava, quase automaticamente, à suposição de adesão ao tráfico e, em seguida, uma defesa da UPP. Abria-se então uma estrutura controversa próxima ao que Boltanski e Clavérie descrevem como “*affaire*”⁶:

Diferentemente do rumor e da fofoca, que consistem em sustentar uma acusação sem sujeito, dado que ninguém dela assume a responsabilidade e cada um não pretende senão repassar um dizer que lhe foi transmitido e que ele recebeu de um outro, e assim por diante, o *affaire* supõe que um ator crítico assuma para si a sustentação da acusação pública – que ele se apresente como um único homem, uma pura individualidade (ao modo do panfletário descrito por Marc Angenot) ou como o porta-voz de um grupo. A denúncia, posto que comporta uma violência feita a outrem, não é considerada aceitável a não ser que aquele que a sustenta assuma o risco de ver seu gesto se voltar contra ele e que ele se submeta à prova de um procedimento de investigação de cujo reconhecimento depende o reconhecimento público da validade de suas acusações. Se aquele que ele designa como sendo o culpado se encontra desculpado, ele deve poder, por sua vez, ser incriminado” (2007, p. 417)

⁶ Segundo Chateauraynaud (1991) um “*affaire*” é a expressão de um desacordo durável e um desacordo se exprime pela confrontação de pretensões ou versões opostas quanto a um acontecimento ou um estado de coisas no mundo. A importância de um *affaire* depende da importância dos seres que nele se encontram engajados.

Como sugerem Boltanski e Clavérie (2007), os rumores e as fofocas distinguem-se das “críticas abertas” e dos “*affaires*” não só porque produzem consequências menos incômodas para o acusado, mas também porque têm um custo muito menor para o acusador, ou seja, para aquele que apresenta a crítica. Esboçar qualquer crítica explícita à polícia no contexto das UPPs, sobretudo na fase em que imperava um forte consenso em torno das benesses do projeto, implicava em um altíssimo custo, pois “obrigava” aquele que proferia a crítica a se posicionar, tendo que responder perguntas delicadas como: “então, você preferia antes ou agora? Bom mesmo era no tempo do tráfico ou acha que está melhor agora?”.

Difícilmente, algum morador de favela “pacificada” conseguia apresentar uma crítica no espaço público sem ser enquadrado em um desses polos (contra ou a favor da UPP). O caso de Fiell evidencia como a apresentação de uma “crítica aberta” contra a polícia gerava facilmente o surgimento de um “*affaire*”. O morador que inicialmente era o acusador, assim que postou suas críticas à polícia em seu blog, tornou-se objeto de acusação. Ele, logo, foi enquadrado como alguém que só é crítico à UPP porque seria “conivente do tráfico de drogas”. Nesse tipo de enquadramento não há possibilidade de ser crítico à UPP sem ser conivente com o tráfico. Nesse tipo de polarização, todos os moradores da favela se vêem “obrigados” a se dividirem e a se posicionarem em um dos dois campos: os que são contra o tráfico e a favor da UPP *versus* os que são a favor do tráfico e contra a UPP.

DE RUMOR À ESTATÍSTICA

O caso do furto à mercearia do Seu Zé ocorrido no Santa Marta em 2011, além de ter sido debatido entre os moradores da favela no boca a boca e pela internet, também acabou virando notícia em um jornal carioca de grande circulação. No dia 07 de outubro, foi divulgada uma reportagem sobre o caso no jornal *Extra*:

Mercearia que fica embaixo de uma sub-sede da unidade no Dona Marta foi arrombada na terça-feira. Policiais da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do Morro Dona Marta se apressaram em dizer que foi um fato isolado. [...] O que mais chamou a atenção foi a localização da mercearia: debaixo de uma casa ocupada pela UPP. (Reportagem “A UPP deixou Seu Zé na mão” publicada no jornal *Extra* no dia 07 de outubro de 2011)

É importante observar que não há na matéria qualquer referência a um possível aumento no número de furtos e roubos nos territórios “pacificados”. Nesse caso, o furto é

apresentado apenas como uma anomalia, ou seja, uma exceção, um caso isolado. No entanto, essa narrativa começou a mudar quando o aumento da ocorrência de furtos em favelas com UPPs passou a ser “estatisticamente comprovada”. No dia 09 de outubro de 2011, o Portal R7 divulgou uma reportagem intitulada “Crimes proibidos por ‘leis’ do tráfico afligem favelas pacificadas do Rio”, na qual era dito que “embora a chegada das UPPs tenha reduzido os homicídios e a presença ostensiva de traficantes, roubos e furtos aumentaram na região das favelas, segundo apontam dados do ISP (Instituto de Segurança Pública)”.

Uma breve análise da forma de circulação de relatos sobre furtos e roubos no contexto pós-UPP mostra que, com o passar dos anos de ocupação, as notícias sobre a ocorrência de crimes não letais foram ganhando força. Nos primeiros anos após a chegada da PM nas favelas, os relatos de furto circulavam apenas de boca em boca, como rumores (cuja veracidade era constantemente questionada). Em 2011, alguns casos de furto passaram a ser comentados em redes sociais e blogs e, posteriormente, a aparecer na chamada “grande mídia”. Assim, além de terem passado a circular mais, atingindo um público maior, essas notícias começaram a ganhar um estatuto de “fato”, ou seja, deixam de ter sua veracidade tão questionada e, posteriormente, o aumento desse tipo de crime acaba tornando-se um “dado oficial”.

Uma pesquisa realizada pelo Laboratório de Análise da Violência da UERJ – coordenada pelo sociólogo Ignácio Cano e publicada sob os auspícios do Fórum Brasileiro de Segurança Pública – mostrou em 2012 que, apesar da presença das UPP ter conseguido efetivamente reduzir drasticamente a violência letal nas favelas ocupadas, houve um comprovado aumento do registro da ocorrência de crimes não letais em territórios “pacificados”. A pesquisa indica que mais pessoas, desde a implementação da UPP, têm ido à delegacia denunciar esses tipos de crime. Entretanto, ela não permite afirmar que, inquestionavelmente, houve um aumento desses crimes. Isso porque, como o relatório sugere, esse aumento dos registros pode ter sido causado não por um aumento real dos crimes, mas por uma diminuição do sub-registro que existia anteriormente.

“A UPP SERVE PARA QUE, SE AGORA ESTÁ TENDO ESTUPRO E ROUBO NA FAVELA?”

Durante meu trabalho de campo no Santa Marta observei que, independente do fato de ter havido um aumento real ou ter ocorrido apenas um aumento dos registros de furtos,

houve uma mudança qualitativa concreta da sensação dos moradores: eles passaram a se preocupar mais com a possibilidade de ter algum pertence furtado dentro do território da favela depois da chegada da UPP.

Nesse contexto, muitos moradores mostram-se incomodados com a postura dos policiais diante dos casos de furto e estupro ocorridos em favelas “pacificadas”. Lázaro, uma criança de 9 anos moradora do Santa Marta, me contou, por exemplo, que teve sua piscina de plástico furtada e que procurou policiais para relatar o caso. Mas como mostra o depoimento abaixo, o menino não ficou muito satisfeito com a reação dos policiais:

Sabe por que eu não gostei da chegada da UPP? Porque roubaram a minha piscina. Aí fomos falar para a polícia e a polícia não fez nada. Roubaram dentro da minha laje. Estava em cima da laje. E os policiais falaram assim: “acha tu!”. Antes, quando roubavam aqui, o bandido pegava quem tinha roubado e mandava entregar de volta para o dono. (Trecho da fala de um jovem de 9 anos morador do Santa Marta)

Em janeiro de 2014, li novos relatos de insatisfação de moradores sobre a atuação da polícia quando o presidente da associação de moradores do Santa Marta postou um texto no Facebook. No *post*, ele comunicava que furtos de carros estavam acontecendo na parte do Santa Marta que fica bem ao lado da sede da UPP na favela. Várias pessoas comentaram o *post* reclamando que não entendiam como os policiais não viam nada disso acontecendo nem tomavam nenhuma atitude: “Acontece isso ao lado deles e eles não veem nada? Legal, UPP no Santa Marta serve pra quê?”. Um morador aproveitou para denunciar um outro caso de furto: “Entraram pela janela do meu banheiro hoje enquanto eu estava no pico e levaram meu play 2...Tá complicado”. E um ex-morador da favela sugeriu que a população se unisse para fazer justiça com as próprias mãos: “vocês que moram no STM, têm que se unir e pegar esse ladrão de galinhas, por que com certeza é morador da comunidade, vamos ficar esperto!”.

Gomes – um carioca que atua na PMERJ há 20 anos – me disse durante uma conversa não gravada que ocorreu na sede da UPP que lidar com os casos de furto, estupro, assim como de brigas nas favelas “pacificadas” não era tão simples quanto poderia parecer. Na visão dele, durante o trabalho cotidiano nas UPPs, os policiais precisavam evitar, de um lado, a prevaricação e, de outro, o abuso de autoridade e o uso excessivo da força física. Para não cair nem para um lado nem para o outro, eles tinham que sempre decidir situacionalmente qual era a melhor atitude a ser tomada. Obviamente essa não era uma especificidade do

trabalho nas UPPs. A discricionariedade é uma das principais características do trabalho policial (Oliveira, 2010). Mas no caso do chamado “policiamento de proximidade”, segundo os PMs, esse dilema parecia ficar ainda mais intenso, uma vez que a ação policial tinha mais visibilidade em favelas “pacificadas” do que em não “pacificadas”. Logo, qualquer “erro de cálculo” na ação policial nessas áreas podia acabar ganhando uma maior repercussão e uma maior cobrança poderia recair sobre o policial do que ocorreria em outras áreas.

Gomes enfatizou durante a conversa que, nos casos de briga, por exemplo, os policiais da UPP precisavam agir com muita cautela. Por ter mais tempo de experiência, ele dizia que orientava os jovens que tinha ingressado há pouco tempo na PM a não intervir imediatamente nesse tipo de ocorrência. Ainda que não devessem deixar de tentar conter confusões e agressões, segundo Gomes, era preciso saber a hora e o modo certo de agir para que os moradores envolvidos na briga não acabassem voltando-se contra os próprios policiais.

Nos casos de furtos e de estupro, a situação às vezes era ainda mais delicada, segundo os policiais, uma vez que os moradores demandavam deles atitudes que eles não podiam tomar, como, por exemplo, agredir aquele que cometeu o crime. As falas de dois policiais revelam como, na visão deles, os moradores demandavam que a polícia agisse de modo semelhante como o tráfico agia na favela antes da chegada da UPP:

Se você saía de casa e tinham roubado da sua casa, você voltava para casa tinha que aparecer quem foi para o tráfico fazer a justiça dele, né? Então, eles eram juiz, executor e advogado. Resolviam tudo. Uma vez teve um probleminha aqui de uma casa que tinha sido invadida quando ela estava trabalhando. Aí ela falou “na época do tráfico estava aqui não tinha isso, minha casa nunca tinha sido invadida”. “Minha senhora, nós estamos fazendo patrulhamento. Mas o problema é que nós não fazemos como os traficantes. [...] Eles matam [...]. Nós trabalhamos na lei [...]. Eu não posso chegar nesse cara e dar um tiro num cara desse porque ele invadiu sua casa. Isso aí é um delito de furto. No código penal não tem nada que justifique que eu chegue e dê um tiro. (Trecho de entrevista com um policial da UPP do Santa Marta)

Por muito tempo, os hábitos de resolução de conflitos em favelas estiveram atrelados às práticas de “justiçamento” da boca de fumo. Isso porque o próprio tráfico arroga para si, em diversas situações, o título de “guardião” da “honra” ou da ordem moral da favela. Quando traficantes se envolvem em assuntos que aparentemente não lhe concernem diretamente como briga de vizinhos, violência contra mulheres, maus tratos contra crianças e pune severamente, sobretudo, furtos e estupro, ele não atua só em nome próprio, mas sim

em termos do “bem comum” – e é através disso que ele supre também boa parte das expectativas morais de parte da população local que em alguma medida tem uma demanda por ações violentas que ajudem a conter a ordem pública. Isso significa que o emprego da violência por agentes envolvidos no “mundo do crime”, ao menos quando dirigida contra aqueles que praticaram tais atos condenáveis pela ordem moral local, é vista por parte da população como legítima e há até uma demanda de que ela ocorra. Como afirmou o morador do Santa Marta:

Alguém que apanha no morro, ele está apanhando porque ele cometeu alguma vacilação. Ou é desavença, desentendimento pessoal, ou ele cometeu alguma, vamos dizer assim, algum ilícito, alguma criminalidade que diz respeito ao código de comunidade mesmo. A comunidade, ela tem os seus códigos, tem suas condutas. Todo mundo sabe que ladrão no morro vai levar um pau. Todo mundo sabe que esturador no morro vai levar um pau. E tem que levar mesmo, não é? Sempre foi assim, é cultural. Vai acontecer com UPP ou sem UPP. Isso é normal. (Trecho de entrevista com um morador do Santa Marta)

Do ponto de vista da ordem moral, a questão não é se um ato violento, embora ilegal, deve ou não ser praticado, mas é simplesmente saber, primeiro, se os atos violentos são praticados com a pessoa certa e, segundo, se há uma devida proporção entre o ato imoral cometido e a punição que lhe é subsequente. Por exemplo, segundo os critérios comumente empregados nas favelas sob o domínio territorial do tráfico, furtos tendem a ser punidos com ações violentas não letais ou banimento da favela, enquanto estupros, sobretudo quando praticados contra crianças, são, em praticamente todos os casos, punidos com morte.

Muitos moradores demonstravam uma frustração em relação ao trabalho porque o tempo de resolução de conflitos ou crimes era considerado muito lento. Enquanto na boca de fumo, as *atitudes* normalmente eram tomadas de imediato ou pouco depois e, quando necessário, um *desenrolo* logo acontece, no caso da polícia, todos os procedimentos burocráticos como o registro do boletim de ocorrência, a instauração do processo etc., soavam excessivamente lentos e ineficazes, e assim se descolavam e perdiam aderência concreta com as estruturas temporais de resolução de conflito dos favelados.

Além disso, o fato de a UPP não operar como a “guardiã” da “honra” da favela frustrava as expectativas morais de alguns moradores, dando a sensação de que a favela pós-UPP estava “largada”, cheio de “vacilação” e que a “casa está vazia”, ou seja, sem alguém que conseguisse “colocar e impor respeito”. Como certa vez argumentou um morador da

Cidade de Deus que no passado foi um dos “frentes” da favela: “quem se preocupa mais com a honra, em relação a guardar a comunidade, não é a UPP, mas são os traficantes”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aumento de crimes não letais em favelas “pacificadas”, além de ter gerado novas inseguranças entre os moradores desses territórios, gerou também um duplo jogo de críticas e acusações. Por um lado, policiais acusavam os moradores de terem um “senso de justiça imediata” e demandarem que a polícia utilizasse a força de um modo que não era permitido por lei. Por outro, os moradores apontam que o problema central seria a falta de interesse e esforço dos PMs para prevenir e investigar esses crimes. Moradores apontam como alguns indicadores desse “desinteresse” o fato dos policiais da UPP, com o passar do tempo de “pacificação”, já não circularem tanto pelo território como ocorria no início da ocupação, já realizar tantas rondas e abordagens na favela, ficando só sentados dentro das viaturas com ar-condicionado ligado, mexendo no celular ou “jogando papo fora”. Na época, ouvi rumores de que alguns PMs ficam vendo jogo de futebol em bares da favela bebendo cerveja em horário de expediente e que outros promoviam “festinhas” e levavam mulheres e bebidas para dentro de uma das sedes da UPP no Santa Marta.

Por conta desse tipo de comportamento, muitos moradores consideravam que a favela estava “largadona”. A partir dessa constatação alguns questionamentos eram: “se a UPP não é capaz de garantir a segurança do morador por que ela está presente na favela?” e “se furtos e estupros aumentaram depois da chegada da UPP para que serve o tal ‘policiamento de proximidade’?”. Como resumiu uma liderança do Santa Marta: “o aumento desses casos só confirma que a UPP só está no morro para reprimir, vigiar, controlar a gente e não para garantir nossa segurança! Eles só querem vigiar a favela porque acham que, assim, vão garantir a segurança do resto da cidade”.

Se até 2012 muitos moradores tinham a percepção de que nem os policiais nem os traficantes estavam fazendo nada para prevenir ou punir a ocorrência de casos de furto e estupro nas favelas “pacificadas”, a partir de 2013 esse cenário começou a apresentar algumas mudanças. Comecei a ouvir alguns relatos de que traficantes estariam “voltando” a coibir esse tipo de prática. Como afirmou um morador da Cidade de Deus: “com o tempo, os caras foram se estabelecendo novamente, eles começaram a puxar a rédea novamente.

Então aí, com o passar do tempo, os caras começaram a controlar de novo e coibir mais essa coisa de roubo e estupro na favela”. Surgiram ameaças pichadas em paredes da Cidade de Deus em 2014 que apontam por exemplo que: “quem for pego roubando, vai morrer. Ass: KRT (Karatê) CV Boladão”.

O fato de o tráfico ter voltado a “controlar” esse tipo de ocorrência na favela era visto com “bons olhos” por alguns moradores. Certa vez ouvi que um menino tinha levado umas “madeiradas” pois teria furtado uma casa na Cidade de Deus. O morador que me contou o caso, disse que ele achava “bom isso acontecer para o pessoal ficar esperto e ver que a favela não está largadona, que não é para ficar de vacilação”. Algumas semanas depois fiquei sabendo de um caso ainda mais grave. Traficantes mataram na Cidade de Deus um homem que teria violentado sexualmente a enteada de 2 anos. Logo depois descobriram, contudo, que o estupro não tinha ocorrido, que a criança estava apenas com assaduras normais causadas pelo uso de fralda⁷.

Os casos narrados acima mostram como, especialmente a partir de 2013, os traficantes presentes nos territórios “pacificados” voltaram a usar a força física para punir a ocorrência de certos crimes e atuar diretamente no controle de uma certa “ordem pública” na favela. Não podemos ignorar que tal atuação era desejada – e até mesmo considerada legítima por uma parte dos moradores dessas áreas que acreditavam que, se a UPP não estava interessada e “não fazia nada” para conter a ocorrência de furtos, roubos e estupros, era “melhor os traficantes agirem do que deixar tudo largado”. No entanto, é importante ressaltar também que a ocorrência desses casos gerou uma forte preocupação entre alguns outros moradores da Cidade de Deus que encararam o fato de traficantes estarem voltando a usar a força física para tentar controlar a ocorrência de certos crimes dentro da favela como um dos primeiros indícios de que de que estava “tudo voltando a ser como antes da UPP” nos territórios “pacificados”.

⁷ O morador que me contou sobre o caso, disse indignado que o homem morto na verdade era “uma pessoa de bem” que cuidava sozinho da enteada pois a mãe do bebê tinha abandonado a criança. Segundo ele, a morte foi causada por uma fofoca que teria sido espalhada por uma vizinha que viu o homem assistindo um filme pornográfico com a criança no colo. Ele questionou ia tomar conta da menina de 2 anos que ficou sozinha agora, que queria ver se a vizinha fofoqueira ou se alguém do tráfico que cometeu o crime ia ajudar a criança que ficou “sozinha no mundo”.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, Mariana. "Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: Notas etnográficas de uma favela consolidada". **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito de Controle Social**, v. 1, n. 1, p. 35-59, 2008.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos**. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

FELTRAN, Gabriel. "Trabalhadores e bandidos: Categorias de nomeação, significados políticos". **Temáticas**, v. 15, p. 11-50, 2007.

FINE, Gary Alan. *Manufacturing Tales: Sex and Money in Contemporary Legends*. Knoxville: The University of Tennessee Press, 1992.

GARFINKEL, Harold. "A Conception of and Experiments with Trust as a Condition of Stable Concerted Actions". In: HARVEY, O. J. (org). *Motivation and Social Interaction: Cognitive Determinants*. Nova York: Ronald Press, p.187-238, 1963.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

KNAPP, Robert H. "Psychology of Rumor". **Public Opinion Quarterly**, v. 8, n. 1, p. 22-37, 1944.

KNOFF, Terry Ann. **Race and Riots**. New Brunswick (EUA): Transaction, 1975.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório: A construção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

LEITE, Marcia Pereira. "Da 'metáfora da guerra' ao projeto de 'pacificação': Favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro". **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 6, n. 2, p. 374-389, 2012.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (org). *Vida sob cerco: Violência e rotina em favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MENEZES, Palloma. *Entre o fogo cruzado e o campo minado: a "pacificação" das favelas cariocas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2023.

MENEZES, Palloma. Os rumores da "pacificação": a chegada da UPP e as mudanças nos problemas públicos no Santa Marta e na Cidade de Deus. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 6, p. 665-684, 2014.

MENEZES, Palloma. Teorias dos rumores: comparações entre definições e perspectivas. *Sociabilidades Urbanas*. **Revista de Antropologia e Sociologia**, v. 4, p. 21, 2020.

PEIRCE, Charles S. "**The Fixation of Belief**". Popular Science Monthly, no 12. [S.l.], 1877. Disponível em: <http://www.peirce.org/writings/p107.html#note2>

OST, Sabrina; FLEURY, Sonia. "O mercado sobe o morro: A cidadania desce? Efeitos socioeconômicos da pacificação no Santa Marta". **Dados: Revista de Ciências Sociais**, v. 56, n. 3, p. 635-671, 2013.

RODRIGUES, André; SIQUEIRA, Raíza; LISSOVSKY, Maurício. "Unidades de Polícia Pacificadora: Debates e reflexões". **Comunicações do Iser**, v. 31, n. 67, p. 9-51, 2012.

SCOTT, James C. **Domination and the Arts of Resistance**: Hidden Transcripts. New Haven (EUA): Londres: Yale University Press, 1990.

SCOTT, James C. **Weapons of the Weak**: Everyday Forms of Peasant Resistance. New Haven (EUA)/Londres: Yale University Press, 1985.

SHIBUTANI, Tamotsu. **Improvised News**: A Sociological Study of Rumor. Indianapolis : The Bobbs-Merrill Co, 1966.

THOMAS, William I. "The Definition of the Situation". In: ROUSSEAU, Nathan (org). **Self, Symbols, and Society**: Classic Readings in Social Psychology. Lanham (EUA): Rowman & Littlefield, 2002.

VANSINA, Jan. **Oral Tradition**: A Study in Historical Methodology. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1965.

Dados de autoria

Palloma Menezes

Professora e coordenadora do Programa de Pós-graduação em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Coordena o BONDE – Coletivo de pesquisa sobre violências, sociabilidades e mobilidades urbanas (IESP/UERJ) e o Dicionário de Favelas Marielle Franco (FIOCRUZ). Email: palloma.menezes@iesp.uerj.br . Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8462-2549> . Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6650446921513563>